



Programa de Concurso

CP/06/2022/ICNF/SEDE

Aquisição de serviços para execução de projetos de restauro, valorização de habitats naturais e prevenção estrutural contra incêndios em parques naturais

Fevereiro de 2022

PROCEDIMENTO COFINANCIADO PELO POSEUR

CÓDIGO POSEUR-03-2215-FC-000147

CÓDIGO POSEUR-03-2215-FC-000148

CÓDIGO POSEUR-03-2215-FC-000149

CÓDIGO POSEUR-03-2215-FC-000151

CÓDIGO POSEUR-03-2215-FC-000152

Artigo 1.º

Identificação do procedimento e da entidade adjudicante

1. O presente procedimento por concurso público com publicitação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), com a referência CP/06/2022/ICNF/SEDE, tende à aquisição de serviços para execução de projetos de restauro, valorização de habitats naturais e prevenção estrutural contra incêndios em parques naturais, conforme melhor detalhado no caderno de encargos.
2. A aquisição será feita por lotes, conforme o seguinte:
 - a) Lote 1 – Parques Naturais do Litoral Norte e do Alvão;
 - b) Lote 2 – Parque Natural da Serra da Estrela;
 - c) Lote 3 – Parque Natural Sintra-Cascais;
 - d) Lote 4 – Parque Natural do Vale do Guadiana.
3. A entidade adjudicante é o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., titular do número de identificação de pessoa coletiva 510342647, com sede na Avenida da República, n.º 16, 1050-191 Lisboa, cujos contactos são: telefone n.º 213 507 900; endereço eletrónico: geral@icnf.pt.
4. No âmbito da tramitação do procedimento, quaisquer comunicações com a Entidade adjudicante, incluindo a apresentação de requerimentos, deverão ser feitas via plataforma eletrónica de contratação pública ou, no caso de indisponibilidade da mesma, remetidas para o endereço de correio eletrónico: dcl@icnf.pt, devendo ser solicitado recibo de entrega e de leitura sempre que possível.

Artigo 2.º

Órgão competente para a decisão de contratar

1. O órgão que tomou a decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do CCP, alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, alínea b) do n.º 2 do artigo 21.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 38.º, ambos da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, foi o Conselho Diretivo do ICNF, I. P.
2. Foi obtida junto do Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território a autorização para a assunção de encargos plurianuais, nos termos do Despacho n.º 12149-A/2019, de 18 de dezembro, na sua redação atual, do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e n.ºs 2 e 4 do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho.

Artigo 3.º

Esclarecimentos sobre as peças do procedimento

Para efeitos do artigo 50.º do CCP, o órgão competente para prestar esclarecimentos sobre as peças do procedimento é o júri do procedimento.

Artigo 4.º

Prazo e modo de apresentação de propostas

1. As propostas e todos os documentos que as instruem devem ser submetidos na plataforma eletrónica de contratação pública *Acingov*, acessível através do endereço www.acingov.pt, até às 23:59 horas do 30.º dia a contar da data de envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia, não sendo admitidas propostas entregues por outra via.

2. A apresentação das propostas e dos documentos que as instruem deve observar todas as formalidades definidas na lei, em especial as previstas na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, devendo todos os documentos ser, designadamente:
 - a) Assinados individualmente com recurso a assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Submetidos no formato *Portable Document Format* (PDF);
 - c) Redigidos em Língua Portuguesa, admitindo-se a utilização de termos ou expressões de natureza técnica em Língua Inglesa quando convenientes ou necessários;
 - d) Acompanhados de tradução devidamente legalizada, prevalecendo esta sobre o original, quando um ou alguns dos documentos da proposta só puderem ser entregues em língua estrangeira.
3. Todos os preços devem ser apresentados em algarismos, arredondados às centésimas, não devendo incluir o valor do IVA; em caso de dúvida, entender-se-á que os preços propostos não incluem o valor do IVA.
4. Quando os preços, global ou unitários, sejam apresentados com mais de duas casas decimais, o arredondamento é feito por excesso ou por defeito consoante a milésima seja igual ou superior a cinco ou inferior a cinco.

Artigo 5.º

Documentos que instruem a proposta

1. As propostas são obrigatoriamente instruídas com os seguintes documentos, devidamente assinados nos termos do artigo anterior:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, preenchido eletronicamente¹;
 - b) Documento, um por cada lote, conforme o modelo constante do anexo I, com indicação dos preços global e parcelares propostos;
 - c) Documento, um por cada lote, conforme o modelo constante do anexo II, exigido nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, contendo os termos ou condições da proposta relativos à capacidade operacional mínima e às qualidades profissionais do gestor de projeto.
2. Para efeitos da alínea a) do n.º 2 do artigo anterior, quando o certificado de assinatura eletrónica aposto nos documentos da proposta ou utilizado na submissão da mesma não permita aferir as funções e os poderes de representação do respetivo titular, devem ser instruídos os documentos que os comprovem inequivocamente.
3. Caso a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser apresentado um DEUCP distinto por cada um dos membros.
4. Caso a proposta apresentada preveja a subcontratação de uma ou mais prestações objeto dos contratos a celebrar, devem ser detalhadas as prestações a executar por esse ou esses terceiros, nominados sempre que possível, e a correspondente percentagem do preço global proposto.

Artigo 6.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação de cada lote será feita de acordo com a proposta economicamente mais vantajosa nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, sendo adjudicada a proposta que apresentar o preço

¹ Poderá ser acedido o seguinte sítio da *Internet* para o efeito: <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>. Em caso de indisponibilidade, podem ser utilizadas as alternativas indicadas neste endereço: <https://ec.europa.eu/growth/single-market/public-procurement/digital/espden>.

global mais baixo.

2. No caso de empate na avaliação de propostas, o desempate é feito atendendo ao maior número de anos de experiência do gestor de projeto constante das propostas nessa situação; se ainda assim o empate entre propostas persistir relativamente à ordenação em primeiro lugar, realiza-se um sorteio para ordenação das propostas nessa circunstância, nos termos do anexo III.

Artigo 7.º

Preço anormalmente baixo

1. Atentas as características do objeto do contrato e a estimativa de esforço refletida na formação do preço base, é fixado, nos termos do n.º 1 do artigo 71.º do CCP, o seguinte limiar de anomalia de preço: 75,00% do valor correspondente ao preço base de cada lote.
2. Sem prejuízo de os concorrentes poderem instruir a respetiva proposta com os esclarecimentos relativos aos elementos constitutivos do preço, todos os concorrentes cujas propostas apresentem um preço inferior ao limiar de anomalia serão notificados para, no prazo máximo de três dias, prestar tais esclarecimentos.
3. Os esclarecimentos justificativos do preço anormalmente baixo fazem parte integrante da proposta e destinam-se à exclusiva fundamentação do preço apresentado, não podendo, designadamente e sob pena de desconsideração:
 - a) Omitir as expressões económicas relativas aos factos ou circunstâncias efetivamente determinadores do preço apresentado e como tal declarados pelos concorrentes;
 - b) Contradizer quaisquer informações ou indicações, incluindo preços unitários ou parciais, constantes da proposta e respetivos documentos já entregues;
 - c) Proceder a qualquer modificação de atributos ou de termos ou condições da proposta.

Artigo 8.º

Prazo de manutenção das propostas

1. O prazo de manutenção das propostas é de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas, considerando-se o mesmo sucessivamente renovado por igual período quando os concorrentes não se insurgirem contra essa renovação até ao último dia do período vigente.
2. Ter-se-á por não escrita a declaração na proposta de um prazo inferior ao previsto no número anterior.

Artigo 9.º

Habilitação e confirmação de compromissos

1. O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação, no prazo máximo de dez a contar da data da notificação da adjudicação:
 - a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
 - b) Declaração conforme o modelo constante do anexo IV;
 - c) Documentos comprovativos, ou disponibilização dos meios de acesso para a sua consulta *online*, de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - d) No caso de pessoa coletiva:
 - i) Prova do cumprimento das obrigações declarativas no âmbito do Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, ou código de consulta *online*;

- ii) Certidão de registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou a disponibilização do código de acesso para a sua consulta *online*.

Artigo 10.º

Prestação de caução

1. Quando o preço contratual for superior a 500.000,00 €, o adjudicatário prestará uma caução destinada a garantir a celebração e a boa execução do contrato, no valor de 5% do preço contratual, nos termos e modos admitidos pelo artigo 90.º do CCP.
2. O instrumento de caucionamento do contrato deverá ser entregue no prazo de 10 dias a contar da notificação da adjudicação, devendo o adjudicatário:
 - a) Remeter cópia digitalizada do mesmo até ao término daquele prazo, via plataforma eletrónica onde corre termos o procedimento;
 - b) Remeter o original, através de correio registado, para a sede da Entidade adjudicante até ao primeiro dia subsequente ao término do prazo antes referido.
3. Os modelos a observar são os que constam no anexo VI.

Artigo 11.º

Disposições finais

1. Não há lugar a negociação de propostas ou leilão eletrônico, nem são admitidas propostas variantes.

2. Quaisquer encargos inerentes à redução a escrito dos contratos são da responsabilidade dos adjudicatários, incluindo as resultantes de quaisquer autorizações e vistos.
3. No caso de a adjudicação recair sobre a proposta de um agrupamento concorrente, todos os membros do mesmo, e apenas esses, deverão associar-se na modalidade de consórcio externo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, devendo fazer prova dessa associação até 10 dias após a comunicação da adjudicação.

Anexo I – Modelo de declaração
(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º)

Proposta de preço global

[nome], em representação de [se pessoa coletiva, firma, número de identificação de pessoa coletiva e sede; no caso de agrupamento, identificar todos os membros], concorrente no procedimento com a referência CP/06/2022/ICNF/SEDE, tendente à aquisição de serviços para execução de projetos de restauro, valorização de habitats naturais e prevenção estrutural contra incêndios em parques naturais, propõe o preço global de [algarismos] € para o lote [..], compreendendo o mesmo a remuneração pela totalidade das prestações contratuais a executar, designadamente nos termos dos n.ºs 3 e 4 da cláusula 2.ª do caderno de encargos e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 97.º do Código dos Contratos Públicos.

Apresenta ainda, em anexo, o mapa de preços parciais de acordo com as espécies de trabalho discriminadas nas especificações técnicas.

[Local, Data]

[Assinatura]

Anexo II – Modelo de declaração
(a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º)

Declaração

[nome], em representação de [se pessoa coletiva, firma, número de identificação de pessoa coletiva e sede; no caso de agrupamento, identificar todos os membros], concorrente no procedimento com a referência CP/06/2022/ICNF/SEDE, tendente à aquisição de serviços para execução de projetos de restauro, valorização de habitats naturais e prevenção estrutural contra incêndios em parques naturais, propõe, no âmbito do lote [..], os seguintes gestor de projeto e conjunto de recursos materiais e humanos a que corresponde a sua capacidade operacional diária mínima:

A) Gestor de projeto

Nome	<i>[Primeiro e último]</i>
Grau Habilitacional	<i>[Identificar o grau académico e a designação da área de formação]</i>
Anos de experiência na função	<i>[Número de anos de experiência na função [algarismos]]</i>

Junta em anexo o quadro de identificação do gestor de projeto.

B) Capacidade operacional diária:

N.º	Equipamentos	Quantidade	N.º de operadores
1	<i>[designação]</i>	<i>[algarismos]</i>	<i>[algarismos]</i>
<i>[...]</i>			

Declara também que as informações constantes do anexo à presente correspondem à verdade, comprometendo-se a entregar todos os documentos comprovativos das situações de facto aí expostas se requeridas pela Entidade adjudicante.

Declara ainda o seu comprometimento em entregar, em sede de habilitação, a declaração a que se refere a alínea e) do n.º 1 do artigo 9.º do programa de concurso.

[Local, Data]

[Assinatura]

Anexo

Quadro de identificação do gestor de projeto [Nome]

Identificação dos projetos participados				
N.º	Designação e caracterização geral	Tipo de participação e funções desempenhadas	Duração do projeto	Elementos relevantes
1				
(...)				

Instruções de preenchimento

1. Descrição da finalidade dos campos:

Campo	Observações
<i>Designação e caracterização geral</i>	Identificar o projeto e as principais finalidades ou características
<i>Tipo de participação e...</i>	Indicar a natureza da participação e as funções e tarefas desempenhadas
<i>Duração do projeto</i>	Indicação dos meses e anos de início e de fim do projeto
<i>Elementos relevantes</i>	Identificação dos elementos relevantes para a verificação dos requisitos previstos na cláusula 25.ª do caderno de encargos

3. Os campos de descrição livre não devem conter mais do que 500 caracteres (sem espaços).

Anexo III – Modelo de declaração
(a que se refere o n.º 2 do artigo 6.º)

Regras para a realização do sorteio

- a) O sorteio é do tipo «sorteio de dados», observando-se as seguintes regras:
- i. Utiliza-se um único dado, numerado de 1 a 6 de forma inequívoca, um copo e uma caixa, que podem ser inspecionados pelos representantes dos concorrentes antes do início do sorteio;
 - ii. Cada concorrente em situação de empate tem direito a fazer um lance de dado, devendo os seus representantes realizá-lo da seguinte forma: i) o dado é colocado dentro do copo, através do qual o lance do dado tem de ser feito para dentro da caixa; ii) o lance do dado não pode ser feito de forma manifestamente viciadora da finalidade do sorteio (pontuação por “sorte ou azar”);
 - iii. O concorrente obtém a pontuação correspondente ao número da face do dado, uma vez inerte, que se encontrar virada para cima;
 - iv. Caso o dado fique inerte em posição que não permita identificar de forma inequívoca qual a face virada para cima, o concorrente repete o lance;
 - v. A seriação da ordem pela qual os concorrentes procederão ao seu lance é feita alfabeticamente por referência à sua firma²;
 - vi. A ordenação entre concorrentes é feita por referência à pontuação mais alta obtida no lance de dados; em caso de empate entre concorrentes, devem repetir-se os lances dos concorrentes nessa situação.
- b) O sorteio decorre em sessão conjunta com todos os concorrentes, e apenas terá lugar decorrida a fase de análise de propostas, concedidos os respetivos prazos de audiência prévia no que respeita à admissão e exclusão de propostas, verificação e fixação de todos os atributos das mesmas e respetiva aplicação dos restantes critérios de desempate.
- c) Todos os concorrentes são convocados para comparecer em local, data e hora determinados pela Entidade adjudicante com uma antecedência mínima de dois dias úteis.
- d) Os representantes dos concorrentes, num máximo de duas pessoas, devem estar munidos de instrumentos de mandato explícitos no seu âmbito, devidamente assinados, devendo resultar dos mesmos declaração de não repúdio dos resultados do sorteio; o modelo de instrumento de mandato pode ser determinado pela Entidade adjudicante.
- e) A sessão inicia-se quando todos os representantes dos concorrentes e da Entidade adjudicante se encontrarem presentes, sendo respeitada uma tolerância de 15 minutos sobre a hora determinada para o início da sessão, finda a qual a mesma principia independentemente da não comparência de um ou alguns dos representantes dos concorrentes.
- f) Da sessão é lavrada ata, a ser assinada pelos representantes dos concorrentes e da Entidade adjudicante.

² Não conferindo este critério de seriação qualquer vantagem ou desvantagem para o concorrente seriado em qualquer posição possível.

Anexo IV – Modelo de declaração
[a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 9.º]

Declaração de compromisso

[nome], em representação de [se pessoa coletiva, firma, número de identificação de pessoa coletiva e sede; no caso de agrupamento, identificar todos os membros], concorrente no procedimento com a referência CP/06/2022/ICNF/SEDE, tendente à aquisição de serviços para execução de projetos de restauro, valorização de habitats naturais e prevenção estrutural contra incêndios em parques naturais, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada:

- a) Não foi objeto da aplicação das sanções a que se referem os artigos 460.º e 464.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), ou que, tendo sido, o período de proibição nelas determinado foi, à data da apresentação da proposta, já transcorrido;
- b) Não se encontra em nenhuma das situações a que se refere a alínea l) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, não tendo, nos três anos anteriores à data da entrega da proposta ao referido procedimento, acusado deficiências significativas ou persistentes na execução de, pelo menos, um contrato público, tendo tal facto conduzido:
 - i) À resolução do contrato em causa por incumprimento;
 - ii) Ao pagamento de indemnização resultante desse incumprimento; e ou
 - iii) À aplicação de sanções contratuais cujos montantes tenham atingido, consoante o caso, os limites previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 329.º do CCP.

O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local, Data]

[Assinatura]

Anexo V – Modelo de declaração
[a que se refere a alínea e) do n.º 1 do artigo 9.º]

Declaração de compromisso

Eu, [nome], declaro, sob compromisso de honra, vir a integrar, na qualidade de [perfil], a equipa encarregada pela execução dos serviços objeto do contrato emergente do lote [...] do procedimento pré-contratual com a referência CP/06/2022/ICNF/SEDE, tendente à aquisição de serviços para execução de projetos de restauro, valorização de habitats naturais e prevenção estrutural contra incêndios em parques naturais, na qual é adjudicatário [nome ou firma], titular do número de identificação de pessoa coletiva [algarismos] e com sede [sede social ou domicílio profissional].

Anexo à presente o meu currículo profissional, evidenciando todas as qualidades habilitacionais e de experiência em plena correspondência com as informações prestadas em sede de proposta pelo sobredito adjudicatário, tendo pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações poderá implicar participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local, Data]

[Assinatura]

Anexo VI – Modelos relativos à prestação da caução

A – Modelo de garantia bancária/seguro-caução

Em nome e a pedido de (1) [.], vem o (2) [.], pelo presente documento, prestar a favor do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., com sede na Avenida da República, 16, 1050-191 Lisboa, com o número de identificação de pessoa coletiva 510342647, (3) [.] até ao montante de (4) [.], destinado a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido no âmbito da celebração e execução do contrato tendente à aquisição de (5) [.] , nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º a 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a (6) [.] do valor total da adjudicação do contrato acima mencionado, funcionando como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado pelo beneficiário por simples notificação escrita.

Fica assente que o garante não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do garantido, sendo-lhe igualmente vedado opor ao beneficiário quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pelo beneficiário, não podendo ser anulada ou alterada sem o seu consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios devidos.

[Local], [Data]

[Assinaturas]

-
- (1) – Identificação completa do(s) adjudicatário(s);
 - (2) – Identificação completa do garante;
 - (3) – Escolher consoante o caso: “uma garantia bancária” ou “um seguro-caução”;
 - (4) – Valor em algarismos e por extenso;
 - (5) – Identificar o objeto do contrato;
 - (6) – Identificar a percentagem.

B – Modelo de Guia de Depósito

Vai (1) [.] , depositar na (2) [.] da (3) [.] a quantia de [.] , (4) [.] , destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo depositante no âmbito da celebração e execução do contrato tendente à aquisição de (5) [.] . Este depósito fica à ordem do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., com sede na Avenida da República, 16, 1050-191 Lisboa, com o número de identificação de pessoa coletiva 510342647, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Local], [Data]

[Assinaturas]

-
- (1) - Identificação do(s) adjudicatário(s);
 - (2) – Sede, filial, agência, etc.;
 - (3) – Instituição;
 - (4) – Escolher: “em dinheiro” ou “representada por títulos”;
 - (5) – Identificar o objeto do contrato.